

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.505 - DF (2019/0046566-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : MATHEUS NASCENTES DE CARVALHO (PRESO)
ADVOGADO : MANOEL ÁGUIMON PEREIRA ROCHA E OUTRO(S) -
DF027230
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

MATHEUS NASCENTES DE CARVALHO alega ser vítima de constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**, que denegou o HC n. 0721941-66.2018.8.07.0000.

Busca-se, por meio deste recurso, seja revogada a custódia preventiva do recorrente, ocorrida pela suposta prática do crime de tráfico de drogas.

O pedido de urgência não comporta acolhimento.

O Juiz de primeiro grau, ao converter a prisão em flagrante do ora recorrente em preventiva, salientou que "ele já responde a ação penal pelo crime de mesma natureza e foi beneficiado recentemente, no mês de agosto de 2018, com liberdade provisória e voltou a praticar crime da mesma natureza" (fl. 108), circunstância que, ao menos em princípio, evidencia **risco concreto de reiteração criminosa**, a ensejar, por conseguinte, a necessidade de manutenção da custódia preventiva para a **garantia da ordem pública**.

Já no que diz respeito à apontada ilicitude das provas obtidas, a Corte de origem salientou que "não consta dos autos a cópia do referido mandado de busca e apreensão, inviabilizando, assim, a este Julgador, verificar o objeto e os termos da ordem judicial" (fl. 196).

Ainda, destacou que "o fato de a operação policial ter sido motivada por mandado de busca e apreensão para endereço diverso não autoriza o reconhecimento da nulidade do flagrante e, por consequência, da busca domiciliar realizada pela equipe de investigação. Mesmo porque, conforme os relatos dos policiais que participaram da prisão em flagrante, os

policiais se dirigiram, inicialmente, para a residência do paciente. Posteriormente, com o objetivo de dar cumprimento ao mandado de busca e apreensão expedido pelo Juízo da 2ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal, a equipe se deslocou até a casa da namorada de MATHEUS, a fim de realizar a apreensão do aparelho celular do paciente" (fl. 197), circunstância que não revela, de maneira evidente, a nulidade do flagrante ou a ocorrência de invasão de domicílio, a ensejar qualquer providência sumária no âmbito deste recurso.

Ainda que assim não fosse, entendo que as matérias aqui suscitadas – notadamente, a apontada violação de domicílio e a suposta ilicitude das provas obtidas por meio do aparelho celular do acusado e de todas as que delas decorreram –, nos moldes em que delineados na inicial, **confundem-se com o próprio mérito do recurso**, em evidente caráter satisfativo, de modo que a caracterização do aventado constrangimento ilegal deve ser analisado mais detalhadamente na oportunidade do seu julgamento definitivo.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, encarecendo o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado neste recurso.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**